ISSN: 2358-8829

# PROJETO INFLUENCIADORAS DAS COMUNIDADES: A COMUNICAÇÃO COMO FERRAMENTA PARA A EMANCIPAÇÃO COLETIVA[1]

Ildenê Freitas da Silva Mota [2]
Ana Roberta Pinheiro Moura [3]
Rafael Vicente Santos de Oliveira [4]
Viviane Almeida dos Santos [5]

## INTRODUÇÃO

Compreendemos a comunicação como uma prática social historicamente produzida, constituída nas relações materiais de existência e atravessada pelas contradições da sociedade capitalista. Ao relacionarem a produção das ideias à produção material da vida, Marx e Engels (2007) contribuem para compreendermos que as disputas sobre quem pode falar, quais conhecimentos são reconhecidos e como os territórios amazônicos são apresentados à sociedade expressam relações de poder vinculadas à divisão social do trabalho e à dominação de classe. Nas comunidades tradicionais e ribeirinhas, as práticas comunicacionais integram a organização coletiva, a transmissão de saberes e as lutas pela permanência no território. Ao produzirem e compartilharem suas narrativas, esses sujeitos também confrontam representações que subordinam a Amazônia aos interesses de acumulação do capital, desconsiderando os povos e as relações sociais que a constituem.

A expansão das tecnologias digitais ocorre no interior dessas contradições, pois as possibilidades de acesso, uso e produção da informação permanecem condicionadas

[1] Trabalho vinculado ao Projeto de Extensão Influenciadoras das Comunidades (PJ473-2025), financiado pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Pará (PROEX/UFPA), e às ações do projeto Potencializando Meninas e Mulheres na Região do Lago de Tucuruí – Pará (Chamada CNPq/MCTI/MMulheres nº 31/2023).
[2] Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutoranda em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento na Amazônia (PPGEDAM/NUMA/UFPA); Mestra em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB/UFPA); integrante do PMME/CAMTUC/UFPA. E-mail: ildenemota@ufpa.br.
[3] Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutoranda em Ciência da Informação; integrante do PMME/CAMTUC/UFPA. E-mail: anaroberta@ufpa.br.
[4] Universidade Federal do Pará (UFPA). Graduando em Engenharia da Computação no CAMTUC; integrante do PMME. E-mail: rafaelvicenteso@gmail.com.
[5] Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutora em Ciência da Computação pela Universidade de São Paulo; integrante do PMME/CAMTUC/UFPA. E-mail: vsantos@ufpa.br.

ISSN: 2358-8829

pela distribuição desigual dos recursos materiais e dos conhecimentos socialmente produzidos. No contexto amazônico, os custos da conectividade, a infraestrutura e as condições de formação se articulam às desigualdades de classe, gênero, raça e território. Saffioti (2015) nos ajuda a compreender essas relações ao analisar a articulação histórica entre capitalismo, racismo e patriarcado, enquanto Hirata e Kergoat (2007) evidenciam como a divisão sexual do trabalho organiza desigualmente as atividades e sua valorização. Essas contribuições permitem problematizar as condições de participação das mulheres, considerando o acesso aos recursos, ao tempo e aos espaços de decisão. Assim, entendemos que a apropriação crítica das tecnologias precisa estar vinculada às necessidades concretas e às lutas coletivas dos sujeitos.

É nesse contexto que se insere o Projeto de Extensão Influenciadoras das Comunidades: a comunicação como ferramenta para a emancipação coletiva (PJ473-2025), vinculado ao Programa Mulheres e Meninas nas Engenharias (PMME), do Campus Universitário de Tucuruí da Universidade Federal do Pará (CAMTUC/UFPA), com financiamento da Pró-Reitoria de Extensão e vigência de agosto de 2025 a julho de 2026. Fundamentado na Educação Popular e na educomunicação, o projeto articula comunicação crítica, gênero, raça e práticas de linguagem, buscando fortalecer o protagonismo de mulheres e comunidades tradicionais e ribeirinhas da região do Lago de Tucuruí. O termo influenciadoras expressa a perspectiva de intervenção coletiva nos processos comunicacionais, articulando a produção de narrativas à defesa de direitos e à valorização dos saberes comunitários. Em diálogo com Freire (1996), compreendemos que essa formação exige reconhecer os sujeitos como produtores de conhecimentos e participantes da transformação da realidade.

Neste artigo, objetivamos analisar os desafios e as possibilidades da autonomia comunicacional identificados nas experiências de aproximação e escuta realizadas na Cúpula dos Povos, em Belém, na Comunidade Quilombola de São Bernardo e na Terra Indígena Barreirinha, entre novembro de 2025 e junho de 2026. Apresentamos um relato de experiência de abordagem qualitativa, apoiado na sistematização documental dos registros do projeto, discutindo as condições materiais da participação comunicacional e as contribuições do diálogo com os territórios para a construção das ações formativas. Partimos da compreensão de que a comunicação pode contribuir para processos de emancipação quando articulada à organização coletiva e ao enfrentamento das relações que produzem a exploração e a opressão.

ISSN: 2358-8829

## METODOLOGIA

Adotamos uma abordagem qualitativa, organizada como sistematização de uma experiência extensionista, buscando compreender as ações do Projeto Influenciadoras das Comunidades em sua relação com as condições de vida dos sujeitos e com os processos históricos que produzem desigualdades nos territórios amazônicos. Com Marx e Engels (2007), compreendemos que as práticas educativas e comunicacionais são produzidas em condições sociais determinadas. Assim, analisamos as possibilidades de participação comunitária considerando as relações de classe, gênero e raça que organizam desigualmente o acesso aos recursos, aos conhecimentos e aos espaços de produção da informação.

Utilizamos como fontes o documento de formulação do projeto, o resumo acadêmico e o banner de resultados, articulando o planejamento às experiências realizadas na Cúpula dos Povos, em Belém, em novembro de 2025; na Comunidade Quilombola de São Bernardo, em 29 de novembro de 2025; e no 5º Ciclo de Saberes da Aldeia, entre 19 e 21 de junho de 2026, na Terra Indígena Barreirinha, com os povos Tembé e Amanayé. Consideramos as particularidades desses espaços e suas relações com as formas de organização do trabalho, de produção da vida e de luta pelo território, buscando compreender como essas condições atravessam as práticas comunicacionais.

A leitura dos registros foi organizada em torno das condições de acesso e uso das tecnologias, das práticas comunitárias de comunicação, do protagonismo das mulheres e da relação entre universidade e território. Buscamos relacionar os desafios identificados à distribuição desigual da infraestrutura e dos recursos tecnológicos, examinando as contradições entre a expansão dos meios digitais e as condições concretas de sua apropriação pelas comunidades. Em diálogo com Freire (1996), compreendemos a escuta e a valorização dos saberes como componentes de uma prática educativa construída com os sujeitos, na qual o conhecimento da realidade orienta a reflexão e a revisão das ações.

A análise concentra-se na etapa de aproximação e escuta, cujos registros informam a realização de roda de conversa e entrevistas em São Bernardo, aplicação de questionários na Cúpula dos Povos e participação no encontro com os povos Tembé e Amanayé. Como os conteúdos integrais das entrevistas e dos questionários não compõem as fontes analisadas, discutimos as ações documentadas e suas implicações para o

ISSN: 2358-8829

planejamento extensionista, distinguindo-as das atividades previstas. Preservamos as informações pessoais das/os participantes, sem reproduzir falas ou imagens.

## COMUNICAÇÃO E PRÁXIS EDUCATIVA

A relação entre comunicação e educação exige discutir como os sujeitos participam da produção do conhecimento e das decisões sobre sua realidade. Em Freire (1996), ensinar pressupõe reconhecer a capacidade dos educandos de conhecer, questionar e intervir no mundo, o que implica problematizar as relações que estabelecem quem ensina, quem aprende e quais conhecimentos são considerados legítimos. Na extensão universitária, essa compreensão coloca em questão a autoridade atribuída ao saber acadêmico quando este define antecipadamente os problemas das comunidades e as respostas que lhes seriam necessárias. Construir uma relação educativa com os territórios exige que seus sujeitos participem da formulação das questões e possam interrogar os próprios pressupostos da intervenção universitária.

Essa discussão se aprofunda quando consideramos a relação entre produção material e produção das ideias. Marx e Engels (2007) permitem compreender que a capacidade de apresentar determinadas interpretações como universais se relaciona ao poder das classes que controlam as condições de produção da vida social. A comunicação participa desse processo ao produzir sentidos sobre o trabalho, os sujeitos e os territórios, contribuindo tanto para naturalizar relações de dominação quanto para torná-las objeto de questionamento. A inserção de vozes comunitárias nos espaços de circulação da informação, portanto, precisa ser analisada também pelas condições em que ocorre: quem seleciona as falas, organiza sua apresentação, define os destinatários e conserva o controle sobre os materiais produzidos. A visibilidade pode ampliar o reconhecimento público sem necessariamente alterar a distribuição do poder de decisão.

A educomunicação contribui para compreender a formação como processo que envolve a organização das relações comunicativas e a participação dos/as sujeitos/as na produção do conhecimento. Soares (2011) destaca a construção de ecossistemas comunicativos abertos e participativos, permitindo situar o uso das tecnologias nas relações educativas em que se desenvolve. Em diálogo com Freire (1996), compreendemos que essa participação exige condições para falar, escutar, questionar e interferir nas decisões. Na extensão, isso implica examinar como se distribuem os meios,

ISSN: 2358-8829

os conhecimentos técnicos e a autoridade para definir o que será comunicado. A dimensão crítica da educomunicação se realiza quando a produção coletiva também permite problematizar essas desigualdades e ampliar o controle dos sujeitos sobre as finalidades e os usos de suas narrativas.

É nesse ponto que situamos a contribuição dos multiletramentos. A discussão de Rojo (2017) sobre materiais e propostas de aprendizagem em ambientes digitais oferece elementos para examinar o lugar atribuído aos sujeitos na produção de sentidos. Ao aproximarmos esse debate da extensão, interessa compreender como diferentes linguagens possibilitam elaborar e confrontar interpretações da realidade. Transformar uma narrativa oral em vídeo, fotografia ou texto envolve selecionar acontecimentos, reorganizar argumentos e decidir o que será preservado ou omitido. Essas escolhas têm consequências para a representação das experiências comunitárias e exigem negociação com seus sujeitos. A autoria coletiva precisa, assim, alcançar o processo de elaboração e os critérios de circulação, para que a participação não se restrinja ao fornecimento de relatos posteriormente organizados pela universidade.

A análise das relações de gênero também exige ultrapassar a identificação da presença das mulheres nas atividades. Hirata e Kergoat (2007) mostram que a divisão sexual do trabalho se organiza pela separação entre atividades atribuídas a homens e mulheres e pela hierarquização de seu valor social. Essa contribuição permite perguntar como as tarefas comunicacionais são distribuídas: quem organiza os encontros, mobiliza participantes, registra as experiências, opera os equipamentos e assume a representação pública do coletivo. Em articulação com Saffioti (2015), compreendemos que essas relações se constituem historicamente com a exploração de classe e a dominação racial. Sua análise requer observar como o trabalho necessário à comunicação é reconhecido e como seus resultados se convertem, ou deixam de se converter, em capacidade de decisão para as mulheres.

Compreendemos, desse modo, a autonomia comunicacional como uma construção coletiva e relacional, desenvolvida em condições que podem favorecê-la e, simultaneamente, restringi-la. A dependência de equipamentos, recursos institucionais e conhecimentos técnicos pode coexistir com experiências de autoria e organização comunitária. Essas contradições precisam integrar a reflexão educativa, permitindo avaliar quais decisões permanecem concentradas na equipe universitária e quais passam a ser assumidas pelos grupos. A contribuição da extensão se realiza nesse movimento de

ISSN: 2358-8829

reflexão sobre a ação, quando a produção comunicacional possibilita aos sujeitos interpretar suas condições de vida, confrontar relações de subordinação e construir formas de intervenção vinculadas aos seus interesses coletivos.

## ENTRE A ESCUTA E A DISPUTA DA PALAVRA

A sistematização das experiências do Projeto Influenciadoras das Comunidades permite analisar como as condições materiais, os processos formativos e as relações de poder atravessam a participação comunicacional. Organizamos a discussão em quatro categorias articuladas: condições materiais de apropriação dos meios; escuta e produção dos saberes; autoria e divisão do trabalho comunicacional; e contradições da relação entre universidade e território.

Na categoria *condições materiais de apropriação dos meios*, os problemas de conectividade identificados nos questionários aplicados na Cúpula dos Povos evidenciam a contradição entre a crescente centralidade da comunicação digital e a distribuição desigual dos recursos necessários à participação. Marx e Engels (2007) permitem compreender que a produção e a circulação das ideias dependem das condições materiais de existência, enquanto Castells (2003) contribui para situar as desigualdades que acompanham a expansão das redes. Para o projeto, essa relação explicita um limite da formação: aprender a utilizar ferramentas não assegura condições para manter seu uso. A conectividade precisa, portanto, integrar o problema educativo, evitando que restrições socialmente produzidas sejam atribuídas à capacidade individual dos/as participantes.

A relevância da radiofonia, mencionada nos registros, evidencia práticas comunicacionais vinculadas às necessidades dos territórios. Em diálogo com Rojo (2017), compreendemos que a articulação entre linguagens e suportes deve considerar as possibilidades de produção de sentidos e as condições de participação. A introdução de ferramentas pode ampliar a expressão e, simultaneamente, concentrar a produção em quem domina sua operação. Assim, a apropriação exige compartilhar os conhecimentos necessários à escolha dos meios, à elaboração e à circulação dos conteúdos.

Na categoria *escuta e produção dos saberes*, a dificuldade de escuta entre os mais jovens, apontada pelos/as respondentes, provoca a análise das relações em que a palavra é compartilhada e reconhecida. Essa percepção não permite generalizações sobre a juventude, mas coloca em discussão as relações de autoridade entre gerações. Freire

(1996) compreende a escuta como exigência do diálogo e da abertura à revisão das próprias interpretações. Nesse sentido, a transmissão dos saberes precisa permitir sua problematização, para que a preservação da memória não se converta em exigência de reprodução, nem o questionamento das novas gerações implique desvalorização das experiências anteriores.

Essa discussão se articula à roda de conversa e às entrevistas realizadas em São Bernardo, em 29 de novembro de 2025, sobre história, organização social, práticas tradicionais e desafios atuais. Os registros da Noite Cultural e do Desfile de Trajes Quilombolas também expressam conhecimentos constituídos nas experiências comunitárias. Sua transformação em imagens, textos ou vídeos envolve escolhas sobre o que apresentar e como interpretar. A contribuição de Rojo (2017) permite compreender essa produção como elaboração de sentidos, exigindo que aqueles e aquelas que vivem as experiências participem de sua representação. A escuta adquire consequência quando interfere nessas decisões.

Quanto à categoria *autoria e divisão do trabalho comunicacional*, o reconhecimento da comunicação como importante para a emancipação coletiva expressa uma expectativa que precisa ser confrontada com as condições de produção. A circulação de narrativas pode ampliar a visibilidade sem alterar o controle sobre sua elaboração. Com Marx e Engels (2007), relacionamos essa questão à distribuição dos meios de produção material e intelectual, examinando quem define pautas, seleciona registros e decide sobre a divulgação. A autoria coletiva exige participação nesse conjunto de escolhas, pois fornecer relatos pode coexistir com a concentração de sua interpretação pela equipe universitária.

A prioridade conferida às mulheres requer aprofundar essa análise. Hirata e Kergoat (2007) demonstram que a divisão sexual do trabalho organiza atividades e hierarquiza seu valor, permitindo questionar se a participação nas tarefas corresponde à participação nas decisões. Com Saffioti (2015), compreendemos essas relações em sua articulação histórica com classe e raça. Embora os registros não permitam caracterizar essa distribuição nas ações realizadas, seu acompanhamento precisa observar se o trabalho de mobilização, organização e cuidado amplia a capacidade de decisão das mulheres ou acrescenta responsabilidades sem modificar seu reconhecimento. O protagonismo exige, assim, considerar autoria, acesso aos conhecimentos e controle sobre os resultados.

ISSN: 2358-8829

Na categoria *contradições da relação entre universidade e território*, a participação no 5º Ciclo de Saberes da Aldeia, entre 19 e 21 de junho de 2026, na Terra Indígena Barreirinha, com os povos Tembé e Amanayé, amplia as questões suscitadas em São Bernardo. A aproximação com histórias e formas de organização distintas problematiza a adoção de percursos formativos uniformes. Moreira (2014) contribui para compreender que o compromisso da extensão com as necessidades populares exige rever as finalidades e os procedimentos universitários. Reconhecer os saberes comunitários implica admitir sua capacidade de modificar as perguntas e os caminhos da proposta.

A equipe ocupa, nesse processo, uma posição contraditória: pretende fortalecer a autonomia e dispõe de recursos e conhecimentos que podem concentrar nela as decisões. A orientação participativa de Thiollent (2011) exige que os levantamentos alimentem a discussão dos encaminhamentos com os/as envolvidos/as. Assim, a distância entre as oficinas previstas e a etapa realizada precisa ser trabalhada pela reflexão sobre a prática (Freire, 1996), incorporando os problemas de conectividade, os desafios da escuta e as expectativas de emancipação ao planejamento. A contribuição desta etapa está na construção de relações e no reconhecimento de questões cujo aprofundamento depende da participação dos/as sujeitos/as nas decisões sobre os meios, os conhecimentos e as finalidades da comunicação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência do Projeto Influenciadoras das Comunidades permite compreender que a autonomia comunicacional se constrói na relação entre apropriação dos meios, formação crítica e participação nas decisões. Os problemas de conectividade e as dificuldades de escuta apontados nos questionários evidenciam condições que restringem essa construção, enquanto o reconhecimento da comunicação como importante para a emancipação coletiva expressa possibilidades de vinculá-la à organização dos/as sujeitos/as. A formação precisa trabalhar essa contradição, articulando a produção de narrativas à compreensão e ao enfrentamento das desigualdades que condicionam sua circulação e seu reconhecimento.

As aproximações realizadas constituíram espaços de interlocução e reconhecimento de saberes que precisam interferir na continuidade da proposta. Nesse movimento, a universidade também é chamada a rever suas práticas, compartilhando

decisões sobre os conteúdos, os procedimentos e as finalidades da ação. O compromisso com o protagonismo das mulheres exige acompanhar como se distribuem o trabalho, a autoria e o poder de decisão, considerando as relações de classe, gênero e raça que atravessam suas condições de participação.

Concluímos que a contribuição desta etapa está na construção de vínculos e na identificação de questões concretas para orientar a formação com os territórios. Os resultados não permitem afirmar a consolidação da autonomia, mas oferecem fundamentos para aprofundar o percurso, incorporando as avaliações dos/as participantes e acompanhando seus desdobramentos. A continuidade do projeto requer transformar a escuta em decisões compartilhadas, para que a produção comunicacional fortaleça a capacidade coletiva de interpretar a realidade e intervir nas condições que limitam o exercício da palavra e dos direitos.

**Palavras-chave:** Educomunicação; Educação Popular; Comunicação Crítica; Comunidades Tradicionais; Extensão Universitária.

## AGRADECIMENTOS

O Programa Mulheres e Meninas nas Engenharias (PMME/CAMTUC/UFPA) expressa sinceros agradecimentos à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX/UFPA) pelo apoio à execução do projeto de extensão “Influenciadoras Poderosas”, e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela aprovação e fomento da iniciativa por meio do projeto “Potencializando Meninas e Mulheres na Região do Lago de Tucuruí-Pará: Práticas de Incentivo, Permanência e Conclusão nas Ciências Exatas, Engenharias e Computação”, apoiado pelo CNPq/MCTI/MMulheres (Chamada nº 31/2023).

## REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet:** reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595–609, set./dez. 2007. DOI: https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?format=html&lang=pt&ilang=pt_BR. Acesso em: 27 out. 2026.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã:** crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MOREIRA, Júlio da Silveira. Extensão universitária entre o assistencialismo e o compromisso com o povo. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 24, especial, p. 25–30, dez. 2014.

ROJO, Roxane. Entre plataformas, ODAs e protótipos: novos multiletramentos em tempos de WEB2. **The ESPecialist**, São Paulo, v. 38, n. 1, 2017. DOI: https://doi.org/10.23925/2318-7115.2017v38i1a2. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/esp/article/view/32219?utm_source. Acesso em: 29 out. 2026.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação:** o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio. São Paulo: Paulinas, 2011.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.